

# Delfim: Constituição errou mais

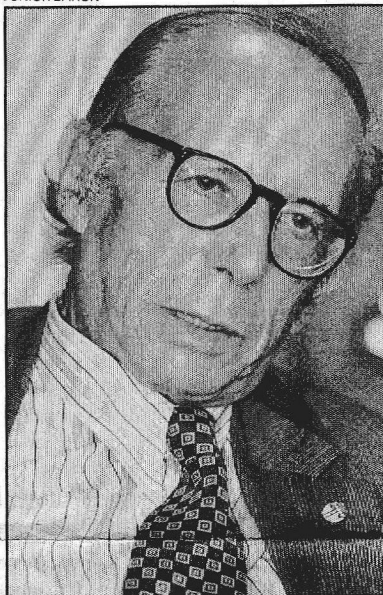
Embora os pais hoje se voltem contra as criaturas, o estatismo também é uma herança dos militares. O sistema Telebrás foi criado, como monopólio estatal, em 1972, quando Delfim Netto era ministro da Fazenda. O deputado, que hoje defende o fim do monopólio das telecomunicações, diz que a revisão constitucional não revisa os erros do regime militar, mas “a Constituição indecente feita pelo PMDB em 1988”.

Delfim, porém, reconhece que a preponderância do Estado foi exagerada. “O governo Geisel tinha uma mentalidade imperial”, afirma. O diagnóstico é o mesmo de muitos empresários que hoje fazem lobby pelo fim dos monopólios. Segundo o manda-chuva da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), Carlos Eduardo Moreira Ferreira, “o modelo estatizante foi apropriado para aquela época, se esgotou, e, por isso, tem de ser substituído”. O presidente da Confederação Nacional da Indústria, Albano Franco, diz que a boa herança da participação estatal na economia foi a infraestrutura petroquímica e de telecomunicações.

“Porém, a dose foi forte demais”, diz. O Brasil tem 160 empresas estatais na órbita federal, das quais 40 foram arroladas no Programa Nacional de Desestatização, iniciado no governo Collor. Já foram privatizadas 25 estatais.

O candidato petista ao governo do Distrito Federal, o economista Cristovam Buarque, tem uma visão completamente diferente. O estatismo dos militares e a onda atual de privatizações, segundo ele, são dois lados da mesma moe-

JUNIOR BARON



*Campos se considera vingado*

da. “A estatização nunca foi um fim em si”, afirma. “Era apenas um meio, encontrado pelos conservadores, para facilitar a concentração de renda, assim como fazem os liberais de hoje”. Cristovam afirma que a ditadura acabou porque, hoje, ela não é mais necessária. “Em 1964, tínhamos Chico Campos e hoje temos Nelson Jobim; ambos são iguais e atendem aos mesmos interesses”, diz o candidato. Chico Campos produziu a Constituição autoritária de 1967. Jobim produz o relatório da revisão.

**Fases** — Roberto Campos, que se opôs ao monopólio da Petrobrás em 1967, divide o período militar em quatro fases, como numa gangorra entre liberdade política e liberalismo econômico. No governo Castello Branco, houve muita abertura econômica e pouca repressão política. Na fase que vai de Costa e Silva e Médici, foram conciliados fechamento político e desenvolvimento na esfera econômica. Com o governo Geisel, começou-se a abertura política, com um simultâneo retrocesso econômico. Com Figueiredo,



*Delfim: os pobres consumiam mais*

fechou-se a economia — a Lei de Informática, de 1984, é um exemplo — e ampliaram-se as liberdades políticas. Segundo Campos, “a abertura econômica deve preceder a abertura política”. Para o deputado, o crescimento levaria à democracia, embora a recíproca não seja verdadeira.

Campos criticou o modelo de abertura política adotado por países como Brasil e Argentina. “Concederam-se as liberdades políticas antes da abertura da economia”, diz o parlamentar. “Os tigres asiáticos fizeram o contrário e, só após criarem as condições para o crescimento, permitiram um relaxamento político”, conclui.

O deputado não admite uma relação entre crescimento e autoritarismo, mas deixa escapar que, em 1964, era “necessária” a ditadura. “Estávamos entre um regime autoritário de esquerda e outro conservador”, diz Campos. A escolha, segundo ele, foi adequada. “Teriam transformado o Brasil em uma grande república sindical”, afirma.